

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA RS**

CRISTÓFER ESCOBAR FERREIRA

**São Borja
2017**

CRISTÓFER ESCOBAR FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
- Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Dr. Muriel Pinto

**São Borja
2017**

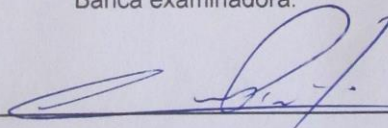
CRISTÓFER ESCOBAR FERREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA RS

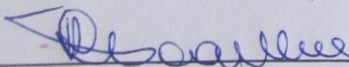
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Sociais - Ciência Política da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Ciências
Sociais - Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11/12/17

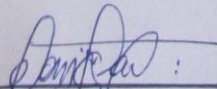
Banca examinadora:



Prof. Dr. Muriel Pinto
Orientador
UNIPAMPA



Prof. Dra. Carmen Regina Dornelles Nogueira
UNIPAMPA



Prof. Me. Rodrigo Ferreira Maurer
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde e determinação para superar essa etapa da minha vida.

Ao meu orientador Muriel Pinto, que me enriqueceu e me ajudou com todo o seu conhecimento.

A minha família, que me deu todo o aporte necessário para chegar até aqui.

Aos meus amigos, que sempre estiveram junto comigo, me apoiando e me dando força para concluir toda a minha graduação.

Aos meus colegas de universidade, por todo o companheirismo e por todo o aprendizado que adquirimos juntos ao longo de toda a nossa formação.

E a todos que de alguma forma tiveram influência positiva nesse trabalho, seja no auxílio na obtenção de documentos ou em conselhos e dicas para qual caminho seguir.

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar como vem ocorrendo o processo de implementação e governança das políticas públicas patrimoniais no município de São Borja RS. Para esse objetivo buscou-se mapear quais são os agentes, quais os seus níveis de interferência, e projetos propostos e implementados, no período de 2005 a 2015. Em um segundo momento utilizou-se a metodologia qualitativa, com busca de material bibliográfico e investigação de fontes, tais como documentos, leis e atas do CMPPHC. Posteriormente à pesquisa, entendeu-se que são necessárias algumas medidas de preservação e potencialização dos patrimônios existentes na cidade para, assim, valorizar mais a vasta cultura encontrada nesse município tão distante dos grandes centros. Como contribuição, foi apresentado algumas propostas para uma melhor gestão dessas políticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Patrimônio Histórico e Cultural; São Borja; Governança.

ABSTRACT

The present paper aimed to analyze how is occurring the implementation process and governance of the patrimonial public policies in the county of São Borja RS. For this propose was sought to map which are the agents, its levels of interference and the proposed and implemented projects in the period of time from 2005 to 2015. In a second moment it was used a qualitative method searching a bibliographic content and sources investigation such as data, laws and CMPPHC protocols. After reading 67 protocols it was realized that in the county, the biggest public policies proposer is the county council together some institutions which served as contributors in this cultural governance process. It was also realized that few projects were really implemented in this period of time. Even with little proposition the joining policies in this area is very advantageous viewing the tricentenary history that São Borja has. After the search, it was understood that it is necessary some potentiation and preservation measures of the current patrimony of the city, to value the huge culture found in this county which is very distant from the big centers. As a contribution, it was presented some proposes to a better management of these policies.

Key-words: Public Policies; Historical and cultural patrimony; São Borja; Governance

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fotografia do Museu Getúlio Vargas antes da reforma.....	36
Figura 02 - Fotografia do Museu Getúlio Vargas durante reforma.....	36
Figura 03 - Fotografia do Museu Getúlio Vargas após reforma.....	37
Figura 04 - Fotografia da Reinauguração do Museu Getúlio Vargas após reforma...	37
Figura 05 - Fotografia do Painei dos presidentes nos trevos de acesso.....	38
Figura 06 - Fotografia da Estação Férrea após revitalização.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão de Literatura.....	25
Quadro 2 - Patrimônio Histórico-Cultural Inventariado de São Borja.....	27
Quadro 3 - Notícias Prefeitura Municipal.....	31
Quadro 4 - Notícias Câmara de Vereadores.....	31
Quadro 5 - Legislação Municipal 1 – Cultura e Patrimônio 2005-2015.....	40
Quadro 6 - Quadro Instituições 1.....	49
Quadro 7 - Quadro Instituições 2.....	51
Quadro 8 - Ações concretizadas.....	52
Quadro 9 - Ações futuras.....	54
Quadro 10- Legislação Municipal 2.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2º RC Mec - 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada

AMM - Associação dos Municípios Missioneiros

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FMC - Fundo Municipal de Cultura

IAPH - Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico

IFF - Instituto Federal Farroupilha

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PHNM- Parque Histórico Nacional das Missões

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETEL/RS - Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer

SPHAN.- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO.....	12
2.1 Políticas Públicas: Conceitos.....	13
2.1.1 Política.....	13
2.1.2 Política Pública.....	13
2.2 Ciclo da Política Pública.....	15
2.3 Patrimônio Histórico e Cultural.....	16
2.3.1 Caminho do Patrimônio.....	17
2.3.1.1 Caminho Internacional.....	17
2.3.1.2 Caminho Nacional.....	19
2.3.1.3 Patrimônio em São Borja (RS)	22
3. OS BENS PATRIMONIAIS DA CIDADE HISTÓRICA DE SÃO BORJA: AÇÕES POSITIVAS E AS NEGLIGÊNCIAS PARA COM ESTE PATRIMÔNIO.....	24
3.1 Olhar de Pesquisadores.....	24
3.2. Levantamento de Políticas Culturais e Patrimoniais em São Borja.....	30
3.2.1 Análise de Notícias nos Sites da Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal.....	31
3.2.1.1 Missões.....	32
3.2.1.2 Cultura Gaúcha.....	35
3.2.1.3 Presidentes.....	35
3.2.1.4 Guerra do Paraguai.....	38
3.2.1.5 Estação Férrea (Centro Cultural)	39
3.3 Legislação Municipal Sobre Patrimônio e Cultura.....	40
3.3.1 Tombamento e Preservação.....	43
3.3.2 Conselhos Municipais.....	44
3.3.3 Eventos, Financiamento e Instituições Culturais.....	44
4. O PROCESSO DE GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO EM SÃO BORJA (2009- 2013)	45
4.1 Governança/Governance.....	45
4.1.1 Governança Cultural.....	46
4.2 Organização Institucional dos Conselhos.....	47

4.3 Governança Patrimonial em São Borja: Atores, Instituições, Ações e Políticas Culturais Debatidos no CMPPHC (2009-2013)	48
4.3.1 As Instituições e Agentes que Participaram da Governança Patrimonial de São Borja entre 2009 e 2013.....	49
4.3.2 Ações e Políticas Patrimoniais Discutidas no Conselho.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Fundada por padres jesuítas, São Borja¹ é uma cidade importante na história da América do Sul, foi uma das reduções dos Sete Povos das Missões (Redução de São Francisco de Borja), a cidade também teve bastante importância na Guerra do Paraguai (1864-1870), por ter sido alvo de ofensivas paraguaias durante a guerra. Outro quesito importante que faz São Borja ser uma cidade histórica, é pelo fato de ser conhecida como “Terra dos Presidentes”, por ter sido cidade natal de dois estadistas brasileiros, Getúlio Vargas e João Goulart.

Nota-se na última década a realização de estudos sobre os tipos e quantidades de recursos patrimoniais no município, símbolos que tem importância na construção identitária nessa região missioneira, relacionando-se com as políticas culturais implementadas pelo poder público.

No contexto do Patrimônio Histórico e cultural, São Borja se apresenta de maneira diferente em relação à parte noroeste da região das missões. Não apenas por ter uma reconhecida representatividade em âmbito nacional, mas também por sua identidade fronteiriça, somando-se com a pequena imigração, formam fatores que contribuem para o município ter maior diversificação das características tipológicas dos recursos de interesse patrimonial, atestado uma vasta quantidade de patrimônios históricos e culturais na Terra dos Presidentes.

Este trabalho abrange uma temática de estudo valiosa para a Ciência Política atual, que vem se desenvolvendo cada vez mais nos últimos anos, que é a análise de políticas públicas, no caso, mais especificamente envolvendo políticas culturais na cidade histórica de São Borja.

Através de metodologia qualitativa, com levantamento de dados a campo e com busca de material bibliográfico, objetivou-se analisar como vem ocorrendo o processo de implementação de políticas públicas patrimoniais no município. Buscou-se levantar quais são os agentes e quais os seus níveis de interferência e projetos propostos e implementados no período de 2005 até 2015, assim, analisou-se como as políticas vem sendo planejadas e geridas no âmbito municipal.

¹ Através do Decreto Estadual nº 35.580, São Borja é uma das poucas localidades tombadas e conhecidas como cidade histórica.

Em seu segundo capítulo, a pesquisa trouxe um apanhado de referenciais teóricos sobre o conceito políticas públicas e seu ciclo. Junto disso, os caminhos que o Patrimônio Histórico e cultural percorreu em âmbito internacional, nacional e municipal, trazendo também conceitos do mesmo.

Para se ter uma melhor noção e compreensão do patrimônio histórico e cultural de São Borja, no capítulo 3 foram trabalhadas algumas frentes de análise, tais como: Revisão de literatura e produção acadêmica referente à temática. Na sequência, devido a uma certa dificuldade em obter as informações sobre políticas culturais no município, foi feita uma pesquisa nos sites da Câmara de Vereadores e Prefeitura municipal, com o intuito de através da análise das notícias publicadas nos últimos 3 anos, ter uma certa compreensão de ações que ocorreram nesse período. No final do capítulo foi exposta a legislação municipal de 2005 até 2015, que tange a cultura e ao patrimônio histórico e cultural.

No capítulo 4, foi tratado sobre a governança cultural de São Borja. Dividido em três momentos, teve em seu primeiro momento a reflexão sobre os conceitos de governança pública e cultural. No segundo momento foi analisado como estão organizados institucionalmente dois conselhos municipais que possuem envolvimento com a cultura. Em seu terceiro momento, com a análise das atas do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural, foi percebido quem foram os agentes e instituições que participaram da governança cultural em São Borja no período de 2009-2013.

Após organizar e analisar os dados obtidos com a pesquisa, foi feita a elaboração de conclusões provisórias e propostas para uma melhor implementação das políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico e cultural em São Borja.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO

No presente capítulo é abordado conceitos sobre política, políticas públicas e patrimônio histórico e cultural. Dentro das políticas públicas é explicado desde o surgimento nos EUA até o desenvolvimento de sua autonomia e status científico.

Explica-se também os ciclos de uma política pública, pois ela necessita de um processo de elaboração e desenvolvimento que leva a política do papel até à prática.

Mais diretamente relacionado ao patrimônio histórico e cultural, tenta-se explicar o caminho percorrido desde os primórdios de Roma, seguindo pela Idade Média, Revolução Francesa e período das duas guerras, até chegar à contemporaneidade, onde há uma evolução no conceito de patrimônio e também no desenvolvimento de políticas patrimoniais no mundo. Detém-se a tratar mais detalhadamente o caminho nacional, destacando a importância da vinda da família real em 1808 para a criação de um sentimento de nacionalismo, que influenciou para o surgimento dessas políticas no país, seguindo até a atual Constituição de 1988. Não deixando também de discorrer um pouco sobre São Borja, cidade que será o objeto de estudo da pesquisa.

2.1 Políticas Públicas: Conceitos

2.1.1 Política

De início é preciso conceituar de maneira sintética o termo política, termo no qual, mesmo que escrito da mesma maneira, possui dois sentidos na língua portuguesa. Porém na língua inglesa possui a diferenciação através dos termos *politics* e *policy* (RUA, 2009; SECCHI, 2010).

O primeiro termo *politics*, na concepção de Rua (1998), tem o sentido de ser a política em si, sendo o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. Já o termo *policy* traz o outro significado da palavra política, esse se referindo, segundo Secchi (2010), a algo mais concreto que tem relação com orientações para a decisão e ação, o termo *policy* é o usado no sentido das Políticas públicas (*public policy*).

2.1.2 Política Pública

A política pública surge como área de conhecimento e disciplina acadêmica nos EUA. Diferente da tradição europeia que buscava analisar o Estado e as suas

instituições, nos EUA o enfoque era diretamente na ação dos governos. Seguindo então o caminho da Ciência Política que buscava entender como e por que os governos optavam por determinadas ações e não optavam por outras. Segundo o pressuposto analítico que orientava esses estudos, tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer pode ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores.

Como área de conhecimento da ciência política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir do desdobramento de uma série de análises e estudos acadêmicos realizados desde meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, esses estudos tinham por objetivo analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações mais importantes na produção das políticas públicas. Já nos Estados Unidos, a ênfase se deu na ação dos governos. (Rodrigues, 2010: 28-29)

É verdade que a expressão política pública possui diversas conotações, não existe apenas uma, muito menos a melhor definição. Mas alguns autores têm sua visão sobre esse conceito. Segundo Peters (1986) a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já Secchi (2011) diz que política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. De maneira mais breve, Dye (1984) define política pública como sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (Secchi, 2011: 2)

Resumindo, política pública então é uma área de conhecimento, que busca entender e explicar o porquê governos tomam certas decisões. Essas refletem e interferem diretamente na vida de alguma parcela da população.

2.2 Ciclo da Política Pública

Para a elaboração de políticas públicas é necessário que ocorra um processo que leve ela do papel até à prática. Por isso existe o ciclo das políticas públicas. Segundo Souza (2006), o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Na definição da agenda, o poder público tenta perceber os problemas públicos existentes que necessitam de maior atenção no momento, analisando o real cenário que se encontra a população. Mas é importante salientar que nem tudo que se encontra na agenda terá uma solução pois é necessária uma viabilização de alguns fatores que pesam para que esse problema realmente saia dessa primeira etapa do ciclo. O custo-benefício, recursos disponíveis, a mobilização social e claro, o jogo político, que possui bastante influência dentro da agenda, são alguns desses fatores.

Na segunda etapa, vem a identificação de alternativas. Essa é a fase que se buscam soluções e alternativas para resolver o problema público, é definido o objetivo da política e o que ela desenvolverá na sua linha de ação. Nessa etapa, ocorre o detalhamento de alternativas já definidas na agenda, organizando as ideias e recursos, buscando opiniões de especialistas para estabelecer objetivos e resultados satisfatórios.

Na fase de avaliação das opções ou formulação de alternativas, segundo Secchi (2011) essa formulação se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível. É nesse momento que são elaborados programas, métodos, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos.

Na seleção das opções, também chamada de tomada de decisão, é o momento do ciclo que representa a definição de qual será o caminho ou curso da política pública, define-se o prazo e recursos usados na política. Novamente Secchi (2011) a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Já na implementação, é a fase que a política sai do papel e parte para a prática, todo o planejado até então é transformado em atos. Existe dois modelos distintos de implementação de políticas públicas, o primeiro deles denomina-se *top-down*. Para esse modelo, as políticas públicas devem ser elaboradas de cima para baixo, ou seja, produzidas pela esfera política. O outro modelo, chamado *botton-up* é o contrário, segundo esse modelo, a política deve ser criada de baixo para cima, dando mais liberdade para os burocratas e também para a rede de atores que será beneficiada com a política. Com isso, os implementadores têm mais participação na implementação das políticas.

A última fase, a avaliação, é crucial para as políticas públicas. Nela se controla e supervisiona a realização da política, possibilitando que seja corrigido possíveis falhas no processo. A implementação e o desempenho da política pública são examinados com o objetivo de conhecer melhor o estado da política e se o problema foi resolvido completamente ou parcialmente. A avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (Anderson, 1979, p.711).

2.3 Patrimônio Histórico e Cultural

Segundo Funari e Pinsky (2012) a palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos, originalmente esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. Mas com o tempo o uso de “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

O Patrimônio diz respeito a objetos, manifestações culturais e também a lugares que possuem certo valor por serem históricos e pertencentes de nossos ancestrais. Possuem importância social, cultural, científica e econômica por serem exemplos presentes e insubstituíveis na vida de algumas pessoas.

Patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que conta a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas, que guarda em si referências

à identidade, a ação e a memória desses povos. Uma das principais fontes de patrimônio cultural são os sítios arqueológicos que revelam a história de civilizações antigas.

Nestas circunstâncias se percebe que o patrimônio cultural tem uma grande importância pois com ele pode-se trazer compreensão e conhecimentos da história do local ou região onde vivem, e assim, fazem entender alguns costumes no qual estamos habituados muitas vezes sem perceber, também é um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania.

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Essa é a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei n. 25 promulgado em 1937 por Getúlio Vargas. Esses bens que contam história de uma geração podem ser casarões por meio de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transporte, obras de arte, documentos, etc.

2.3.1 Caminhos do Patrimônio

2.3.1.1 Caminho Internacional

A origem da palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. Na sociedade romana, família era compreendida de maneira diferente da nossa, significava tudo que estava sob domínio do homem, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Tudo que poderia ser legado por testamento, incluindo as pessoas, eram patrimônio.

Mais perto do significado atual, o conceito de patrimônio usado na Idade Média (séculos VI – XV), tinha caráter religioso, elevando-se à categoria de valores sociais e sentimentos religiosos, de forma material e espiritual. Segundo Funari e Pelegrini (2009) o culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um

sentido de patrimônio muito próprio que permanece entre nós como a valorização de lugares, objetos e também rituais coletivos.

Em todo o caso, há de se ter em conta que o moderno conceito de patrimônio surgiu na Revolução Francesa em 1789, com a queda da monarquia e o surgimento da República, que criava igualdade e cidadania aos homens adultos. Durante a revolução despertou-se o sentimento de nacionalismo pelos cidadãos e em meio aos conflitos e às lutas civis, criava-se uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais, que tinha o objetivo de proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura. Assim, o uso de “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

A ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914-1945), período no qual acontecem duas guerras mundiais com impulso do nacionalismo. Os italianos usavam vestígios do Império Romano, império que dominou o mundo, para construir uma identidade calcada nesse patrimônio simbólico. Inclusive o nome fascismo, que era um movimento nacionalista italiano, derivava o nome de um símbolo material do poder romano, o feixe.

Da mesma forma a Alemanha nazista, que usava o vestígio dos germanos, antepassados dos alemães, para justificar suas invasões territoriais militares, defendendo que essas regiões, como a Polônia, pertenciam aos seus antepassados.

Em contrapartida às pautas de ordem autoritária, surge a Conferência de Atenas em 1937 com o desejo de garantir a preservação dos patrimônios, após o final da Segunda Guerra Mundial, nascem a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ambas em 1945. De início essas organizações tratavam de universalizar a cultura, ou seja, buscavam diminuir o nacionalismo exacerbado e assim mostrar que nenhuma cultura era inferior a outra. Mas tratando sobre patrimônio, apenas em 1972 teve uma conferência geral da Unesco, nessa convenção, com a presença de mais de 150 países, foi definido com patrimônio da humanidade: Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas; Conjuntos: grupos de construções; Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico, entre outros.

Na Conferência Internacional de Atenas pela primeira vez foi escrita uma carta para a preservação dos bens histórico-culturais a nível internacional. A partir da Carta de Veneza, redigida em 1964, o conceito “patrimônio” foi ampliado e concebeu obras mais modestas e populares. Segundo Dorneles (2011), a declaração de Amsterdã, em 1975, foi muito importante, pois aconselhava a participação popular nos processos de preservação, além de implantar medidas integradas para a preservação patrimonial, delegando aos executivos municipais a função de formular meios para financiar e conservar os patrimônios.

Portanto, a partir da década de 1970 que houve uma certa valorização do patrimônio histórico e cultural, considerando como um fator de memória das sociedades. Hoje entende-se que patrimônio não são apenas casas, materiais, costumes ou danças, são testemunhos de experiências vividas pelos nossos antepassados, seja de maneira coletiva ou individual, nos permite lembrar e ampliar nosso conhecimento e também sentimento de pertencer a algum espaço, de partilhar uma mesma cultura que fornece algum sentido para nossas vidas.

2.3.1.2 Caminho Nacional

A política de preservação federal do Brasil se estruturou aos moldes de da França. Antes disso não havia noção do que seria patrimônio no país, apenas em alguns exemplos raros. Além disso, seria quase impossível se pensar em patrimônio material e artefatos pois os equipamentos e casarões ainda estavam sendo ocupados e, portanto, ainda não tinham caído em desuso. “É aí que a qualificação de monumento chega à documentação e, com ela, a criação de institutos que colecionam e preservam documentos para a construção da História do Brasil.” (Camargo, 2002: 74-75).

Em Oliveira (2002) afirma que com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, a criação de “lugares de memória” acabou se tornando instrumento de constituição da nacionalidade, a exemplo a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional. O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e o Arquivo nacional, foram criados após a Independência, em 1838, esses órgãos eram responsáveis pela criação da história e manutenção da memória nacional. Em tese o IHGB ficaria responsável por construir a história do país baseada no poder centralizador da monarquia e na

aristocracia rural através da definição de comemorações, emblemas e lugares como forma de enaltecer a nação. Já o Arquivo Nacional guardaria toda a documentação de procedência do poder central, resguardando assim sua legitimação e perpetuação. Além destes dois, pode-se citar a Academia Nacional de Belas Artes, esta teria a função de exaltar a nação através de seus personagens históricos e heróis nacionais, com suas pinturas e esculturas.

Nos anos 1910, o país passava por uma crise de identidade e então começou a preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico, alguns fatores que trouxeram à tona essa preocupação com a preservação da cultura brasileira foram: o crescimento do nacionalismo e a ampliação das cidades. Porém, segundo Oliveira (2008) a ideia de defender os monumentos históricos no Brasil começou a ganhar visibilidade nos anos 1920, quando foram criadas inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e em Pernambuco em (1928).

Esse tema foi sistematicamente abordado nas cartas constitucionais desde o início da década de 1930, com Getúlio Vargas. Segundo Funari e Pelegrini (2009), a constituição da República Federativa do Brasil de 1934, por exemplo, declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social. Essa declaração foi importante para a proteção do patrimônio brasileiro porque submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo (sob a ingerência do Estado). Com isso, terminou viabilizando os processos de tombamento no país, instituídos por meio do Decreto-lei n.25/1937 – o principal instrumento jurídico utilizado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

As leis existentes na década de 30 refletiam as preocupações da época, estas que continuam até hoje, tratavam sobre o fundamento da proteção do patrimônio cultural. Essas leis protegem simplesmente a integridade e visibilidade dos monumentos, mas esquecem da sua importância social e econômica. Não basta apenas preservá-lo e tombá-lo, é necessário criar novas condições de uso para o bem tombado, sem excluir desse processo a comunidade local. “Qualquer atividade que não leve em consideração a participação dos moradores do entorno não se baseia nas condições que a remetem a uma atividade sustentável.” (Pereira, 2005).

A constituição de 1946 inaugurou de certa forma a preocupação com a proteção de documentos históricos e reafirmou o que a Constituição de 1937 já defendia, que era a respeito da gestão do patrimônio, que era submetido ao Estado. O período democrático (1946-1964), foi um período um pouco nebuloso no quesito proteção ao patrimônio, com apenas uma lei aprovada nesse período de 22 anos, que foi a lei (3.924/1961), após uma campanha humanista encabeçada pelo intelectual paulista Paulo Duarte.

O Regime Militar iniciou com uma fase dura de repressão, mas depois começou a mudar seu olhar perante a cultura e começou a buscar legitimidade e reorganizar essa esfera. Com isso, em 1973 foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), esse programa buscava viabilizar importantes iniciativas no campo da preservação do patrimônio de cidades nordestinas, cujos monumentos, casas, igrejas representavam um ciclo importante para a história da região Nordeste. Em 1975 foi criado o primeiro plano oficial na área da cultura, foi o Plano Nacional de Cultura e em 1979 foi criada a Fundação Pró-Memória, visando driblar a burocracia e agilizar a captação de recursos para a área cultural. De acordo com Funari e Pelegrini (2009), em termos práticos, na década de 1980 a proteção de monumentos isolados, outrora priorizada, foi suplantada pela preservação dos modos de viver de distintas comunidades manifestas, por exemplo, na restauração de mercados públicos e de outros espaços populares.

A ampliação da noção dos bens a serem preservados foi reforçada pelas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura. Lei Sarney, n.7.505/1986, serviu para impulsionar a proteção do patrimônio, mas também propiciou um desenvolvimento do marketing cultural, que foi consolidado nos anos 90.

Chegando a nossa atual Constituição, promulgada em 1988, reafirma-se que a ação em prol do patrimônio deva se desenvolver independentemente da ação de tombamento e deva basear-se na referencialidade dos bens. A Constituição de 1988 cria uma nova face da política patrimonial, percebe-se isso através de dois artigos da mesma. O Art. 215 afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Já o Art. 216 cita o que constitui um patrimônio cultural brasileiro, são eles: bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Oliveira (2008) descreve que a nova concepção de patrimônio, chamado de imaterial ou intangível, refere-se a lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, entre outras manifestações. O mesmo autor conclui que a valorização desses bens de patrimônio nacional confere reconhecimento, o que é extremamente importante na luta simbólica.

2.3.1.3 Patrimônio em São Borja (RS)

São Borja, situada no Oeste do Rio Grande do Sul, cidade histórica por ter sido Redução Jesuítica Guarani. Foi fundada por padres jesuítas no século XVII, com o nome de São Francisco de Borja.

Na Guerra do Paraguai, dois séculos depois de sua fundação, foi cidade estratégica para o Brasil nos confrontos, sendo alvo de ofensivas militares em 1867. Mas no século XX ganhou destaque nacional por ser berço de dois Presidentes da República, Getúlio Vargas e João Goulart. Com isso é conhecida nacionalmente como “Terra dos Presidentes” ou também “Terra do Trabalhismo”.

A região missioneira possui bens patrimoniais relacionados ao período reducional, cultura gaúcha e culturas europeias. Já São Borja, possui elementos culturais que simbolizam um número maior de momentos históricos além das reduções jesuíticas, possui também elementos da Guerra do Paraguai, período republicano do Brasil (com dois presidentes são-borjenses) e também cultura pampiana.

Pinto (2010) destaca que São Borja-RS possui uma quantidade de tipologias patrimoniais. Esses recursos simbolizam diversos momentos históricos, não só o período missioneiro, fator esse que disponibiliza uma quantidade interessante de bens para a gestão cultural e turística. Essa percepção relacionada a um maior interesse e

valorização dos recursos patrimoniais locais é algo que não era reconhecido até muito tempo tanto no contexto local como regional.

É importante destacar que foi no governo do são-borjense Getúlio Vargas que a institucionalização da cultura foi iniciada em nosso país, onde foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ao entender de Pinto (2010) a criação do SPHAN possibilitou o surgimento de novas instituições culturais no país. Esses organismos tornaram-se especializados no trabalho de preservação dos bens patrimoniais nacionais, podendo citar: arquivos públicos e privados, museus da imagem e do som, cinematecas, centros de documentação, centros de memória operária e sindical, entre outras. O autor destaca também que além de possuir uma trajetória histórica marcada por acontecimentos relevantes para o cenário nacional, o que possibilitou a materialização da cultura através dos recursos patrimoniais, São Borja ainda está vinculada ao processo de sistematização das políticas culturais no país, visto que era sede muitas vezes de reuniões governamentais.

Porém, São Borja passa a integrar as políticas turísticas e patrimoniais missioneiras apenas no ano de 2006, com a inclusão no projeto Rota Missões. Através desta atitude e com o surgimento de estudos comprobatórios da importância do Patrimônio local, o município começou a obter informações que começaram a instigar iniciativas em prol dos bens culturais.

Entre as principais ações realizadas por essas políticas destaca-se conservação e valorização do patrimônio (projetos de restauração; tombamento de acervo museológico; revitalização, modernização e informatização de museus; criação de projeto de escavação arqueológica no sítio da antiga Redução de São Francisco de Borja); projetos relacionados à institucionalização da cultura (qualificação para funcionários e cadastramento de museus); eventos científicos e musicais); educação patrimonial (educação musical; eventos e manifestações culturais (organização de festas populares pela administração pública; elaboração de livros sobre a história local; diplomacia patrimonial (articulação com diversos órgãos e Universidades); direito patrimonial (criação de instrumentos de fiscalização da cultura e do patrimônio).

Conforme o estudo “Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões”, realizado no ano de 2008 pelo IPHAN, IAPH (Instituto Andaluz de

Patrimônio Histórico) e URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, São Borja foi definido como um dos três municípios pólos da região no que se refere à distribuição dos recursos de interesses patrimoniais. Nessa pesquisa foram identificadas as seguintes categorias: edificações religiosas, conjunto histórico, edificações civis, fazenda de interesse, outros sítios arqueológicos de interesse e conjuntos de imagens de interesse.

Para Pinto (2010) através de políticas e estudos relacionados à área da cultura, está comprovado que o espaço são-borjense possui uma diversidade de tipologias patrimoniais atrativas para a potencialização do turismo, aspectos esses que estão possibilitando a inclusão e a maior valorização dos recursos culturais por parte dos organismos e instituições responsáveis pelas devidas políticas.

São Borja por ser uma cidade rica em história precisa ser melhor vista pelas autoridades nacionais para a elaboração de mais políticas de preservação de seu patrimônio, para que nada se perca no tempo pois muitos desses elementos culturais possuem significados e sentidos, tanto para região missioneira, como para o Estado do RS e para o país.

3. OS BENS PATRIMONIAIS DA CIDADE HISTÓRICA DE SÃO BORJA: AÇÕES POSITIVAS E AS NEGLIGÊNCIAS PARA COM ESTE PATRIMÔNIO.

3.1 Olhar de Pesquisadores.

Para se ter uma melhor noção e compreensão do patrimônio histórico e cultural de São Borja, esse estudo procurou se debruçar a partir de três frentes de análise: Revisão de literatura e produção acadêmica referente à temática e levantamento de documentos primários, como estudos técnicos, projetos de pesquisa e de extensão.

No que toca a revisão de literatura, observa-se que predomina a discussão de seguintes autores: PINTO, SILVA, JUNGTON, COLVERO, SEVERO, MAURER, MELO, NOGUEIRA, RODRIGUES e QUEVEDO.

Quadro 1: Revisão de Literatura				
Título	Tipo	Autor	Instituição	Período
"PRIMEIRO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES" A "TERRA DOS PRESIDENTES": UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO NA CIDADE NATAL DE GETÚLIO VARGAS"	Artigo	Muriel Pinto	UNESP	2010
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DO PATRIMÔNIO MISSIONEIRO NA CIDADE HISTÓRICA DE SÃO BORJA-RS. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MISSIONEIRO NA CIDADE HISTÓRICA DE SÃO BORJA-RS. Raízes e Rumos	Artigo	Jardel Victor Silva; Daniele Jungton ; Muriel Pinto.	UNIRIO	2015
A CONSTRUÇÃO E A DISPUTA PELA HEGEMONIA PATRIMONIAL EM SÃO BORJA (RS): DE PRIMEIRO DOS SETE POVOS MISSIONEIROS À TERRA DOS PRESIDENTES	Artigo	Ronaldo Bernardino Colvero; Marconi Severo.	UNIVILLE	2016
O "DESCASO" COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO SÃO-BORJENSE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SALA DE AULA.	Artigo	Júlio Ricardo Quevedo dos Santos; Márcia Cristina Cabreira Rodrigues.	UNISINOS	2013
SÃO BORJA E SEU PATRIMÔNIO "QUASE" ESQUECIDO: O CASO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NA TERRA DOS PRESIDENTES	Artigo	Ronaldo B. Colvero; Rodrigo Ferreira Maurer.	UNIPAMPA	2009
HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: A SINGULARIDADE DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL	Artigo	Ronaldo Bernardino Colvero; Marconi Severo; Alan Dutra de Melo.	UNIPAMPA	2016
CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/ RS	Artigo	Muriel Pinto; Carmen Regina Dornelles Nogueira.	URI Santo Ângelo	2007

RESQUÍCIOS JESUÍTICOS MISSIONEIRO NA TERRA DOS PRESIDENTES E A POTENCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.	Trabalho de Conclusão de Curso	José Fernando Corrêa Rodrigues.	UNIPAMPA	2014
“LEVANTAMENTO DE ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO TURÍSTICO-CULTURAL DA REGIÃO MISSIONEIRA”	Inventário	ANDALUZ, IPHAN E UNESCO.	URI Santo Ângelo	2006

Fonte: Elaboração do autor

O quadro a cima expõe as produções acadêmicas relacionadas à área de patrimônio histórico e cultural. Após a leitura dessas bibliografias, percebe-se a importância de São Borja no cenário histórico nacional e principalmente na região das missões.

“O município de São Borja, em virtude dos seus mais de três séculos de história e por possuir uma riquíssima trajetória política e cultural, cujas raízes remontam aos fins do século XVII, mais precisamente em 1682, é uma ótima fonte de pesquisa histórico-política e, conseqüentemente, patrimonial.” (COLVERO e SEVERO, 2016, p. 42,43).

A cidade de São Borja recebeu esse nome em homenagem a Francisco de Borja e Aragão.

Jesuíta que atuou na direção da Ordem da Companhia de Jesus. Ele foi Comissário Geral do Vaticano na Espanha, Portugal e nas Índias. Nasceu em 28 de outubro de 1510, na cidade de Ducado de Gandía, na região da Valência, na Espanha. Veio a falecer no dia 30 de setembro de 1572 e foi canonizado pela igreja católica em 1671. Francisco de Borja foi uma das figuras mais importantes da história da Espanha e da Companhia de Jesus. Amigo e conselheiro do vice Rei da Catalúnia Carlos V. Foi Duque de Gandía e jesuíta exemplar sendo o segundo sucessor de Inácio de Loyola na Ordem jesuíta [...] (RODRIGUES, 2014, p.17)

Mesmo estando situada a quase 600 km da capital Porto Alegre, São Borja é considerada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul como cidade histórica, descrito pelo Decreto 35.580 de 11 de outubro de 1994.

O município se difere um pouco de sua região missioneira por abarcar elementos culturais não apenas do período reducional, mas também da Guerra do Paraguai e período republicano (dois ex-presidentes). Isso faz com que a cidade possua patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Segundo uma pesquisa de Colvero e Severo, boa parte do patrimônio missioneiro de São Borja sofreu em vários ataques, saques e guerras, que em muito contribuíram para destruir ou extraviar parte de seu legado missioneiro.

Cabe destacar dois episódios históricos, dentre os mais relatados, que de alguma forma estiveram ligados a esses eventos. O primeiro relaciona-se à Revolução Farroupilha. Esta fora uma revolta de estancieiros sulinos contra o Império do Brasil, ocorrido entre os anos de 1835 e 1845. Durante o conflito, as tropas rebeldes invadiram São Borja, acampando na localidade. Para suprir as necessidades básicas do exército rebelde, como a alimentação, houve uma busca por lenha no local. Para tanto, o comandante da tropa deu ordens para que queimassem partes da Igreja Missioneira do local e, junto desta, algumas estátuas. É evidente que tal atitude contribuiu para dizimar parte dos bens e do patrimônio missioneiro. O segundo grave episódio que, igualmente ao anterior, foi prejudicial para o restante do patrimônio missioneiro ocorreu com o advento da Guerra do Paraguai, deflagrada entre 1864 e 1870. Como parte da invasão inicial promovida pelas tropas paraguaias, sob comando do coronel Estigarribia, a Vila de São Borja foi invadida em 11 de junho de 1866. (2016, p. 43,44)

Esse patrimônio, as vezes que quase esquecido, vem sendo estudado e mapeado nos últimos anos por alguns pesquisadores e centros de pesquisa. Em 2007 foi feito um “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”, trabalho provindo de um convênio firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico – IAPH. A pesquisa buscou levantar informações divididos em cinco ensaios: Instituições culturais, Patrimônio, festas e celebrações populares, artesanato típico e gastronomia típica. A tabela 2 mostra o Patrimônio Histórico-Cultural Inventariado de São Borja.

Quadro 2: Patrimônio Histórico-Cultural Inventariado de São Borja.		
Categoria	Tipo	Nº de Segmentos inventariados
Históricos e Culturais	Monumentos	119
	Instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer	12
Naturais e ecológicos	Hidrografia	3
	Fontes	2
	Roteiros e trilhas	2
Manifestações e usos populares	Festas populares, comemorações e atividades do calendário turístico	12
	Gastronomia típica	10
	Artesanato	10

Fonte: PINTO; NOGUEIRA, (2007)

Analisando a tabela a cima, percebe-se o vasto número de patrimônios que São Borja contém, seja material ou imaterial. Com um olhar especial aos monumentos, onde se encaixam os imóveis antigos, São Borja conta com um grande número de casas antigas em seu perímetro urbano, algumas nem constam no Levantamento estudado.

Toda essa diversificação do Patrimônio histórico-cultural que ocorreu no local trouxe grande contribuição em seu contexto arquitetônico, pois se verificam, ao longo do perímetro urbano do município, inúmeros imóveis que possuem profundas relações com os períodos históricos que perpassaram-se, confrontando com suas respectivas classes sociais. (NOGUEIRA e PINTO, 2007, p.153)

Porém, após passado uma década do estudo, nota-se que alguns imóveis inventariados não existem mais, seja derrubado por completo ou parcialmente. Este descaso preocupa os pesquisadores pois a memória arquitetônica do município vai se perdendo aos poucos, as vezes por falta de informação ou até mesmo ganância dos proprietários. Para uma cidade tricentenária, resta muito pouco de resquícios que lembrem sua origem.

Falta-nos a memória da cidade, presente nos prédios antigos, demolidos para dar lugar a outros novos que poderiam conviver com aqueles numa perfeita harmonia, assinalando nos diversos logradouros, a passagem dos tempos e o desenvolvimento local. (RODRIGUES, 2014, p.66)

É perceptível a falta de ações que possam despertar na população local um maior conhecimento, pertencimento e valorização da vasta história que a cidade possui. Seguindo essa linha, uma das saídas encontradas por estudiosos foi a Educação Patrimonial. Nos últimos anos ela vem ganhando força, pois segundo Quevedo e Rodrigues (2013), a Educação Patrimonial serve como uma ferramenta de construção da consciência crítica e de entendimento de pertença da História.

Para gerar um maior conhecimento e valorização dos momentos históricos no município, em 2014, com ajuda de pesquisadores foi publicado um livro didático sobre a história de São Borja, denominado “História, memória e as paisagens culturais da cidade histórica de São Borja”. A obra foi distribuída nas escolas do município para que sejam feitas atividades com os alunos.

A elaboração do livro didático foi dividida por etapas: Levantamento fotográfico e documental que discutem alguns temas como cultura ribeirinha, mitos e crenças,

relações de fronteira, guerra do Paraguai, história dos presidentes, missões (São Borja no império) e paisagens culturais. Toda a construção do livro foi realizada através de pesquisas e saídas a campo.

Uma iniciativa muito pertinente, pois com esse projeto de Educação Patrimonial, a visão sobre o patrimônio pode ser melhor caracterizada e entendível a partir dos estudantes do ensino fundamental e médio. Colaborando também para entender a história que São Borja possui, os ajudando a ter um sentimento maior de pertencimento para com a sua municipalidade. Com isso, a cidade colherá frutos no futuro com uma sociedade com mais conhecimento sobre suas origens.

Além de São Borja, também há outras cidades na região que possuem patrimônios missioneiros. De certa forma isso contribuiu para que o município buscasse valorizar mais um aspecto exclusivo, ou seja, o patrimônio envolvendo os dois ex-presidentes. Colvero e Severo (2016) comentam que a questão missioneira está vinculada pela comunidade são-borjense mais como um aspecto religioso e não propriamente cultural, diferente do aspecto trabalhista.

Quanto à proposta inicial de avaliar se há como um patrimônio se sobrepor a outro, a questão torna-se afirmativa no caso de São Borja. Ambos os patrimônios são reconhecidos, o missioneiro e o existente em torno dos ex-presidentes, contudo há uma notável sobrevalorização deste último. Como uma das possíveis causas, constatamos que o período de formação patrimonial, ou, nesse caso, o de atuação dessas personalidades em vida, por ser mais recente, contribui para a construção de memórias constantemente lembradas. Pode-se somar o fato de o patrimônio missioneiro não ser tão singular quanto o segundo, fazendo com o que o município acabe por evidenciar prioritariamente o segundo aspecto, contribuindo dessa forma para uma hegemonia patrimonial. (Colvero e Severo, 2016, p.53)

Essa maior valorização dos são-borjenses ao patrimônio herdado de seus ex-presidentes, o trabalhismo de Vargas e Goulart faz com que a população se identifique mais com esse patrimônio imaterial. Mesmo que na legislação municipal não tenha nada que deixe claro a predominância de um patrimônio sobre o outro. Podemos perceber que nos últimos 12 anos um partido trabalhista esteve na chefia do Executivo municipal e houve um maior enaltecimento dos patrimônios relacionados aos ex-presidentes.

3.2. Levantamento de Políticas Culturais e Patrimoniais em São Borja.

Antes de expor o levantamento sobre essas políticas no município de São Borja, é necessária uma breve conceituação do termo debatido.

As políticas culturais vêm tendo uma crescente visibilidade no cenário mundial desde o período pós-guerra, no âmbito acadêmico apenas a partir da década de 1990. Cada vez mais trabalhos estão sendo produzidos nessa área, porém percebe-se uma certa lacuna de estudos relacionados ao conceito de política cultural.

Segundo Barbalho (2005), apesar da bibliografia a respeito do tema, são raros os trabalhos que realmente definem o termo “política cultural”. No geral são ideias subentendidas e não muito explícitas. O conceito de mais fácil compreensão é do *Dicionário crítico de política cultural* organizado por Teixeira Coelho:

Constituindo (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

Esse conceito recebe algumas rejeições, Barbalho (2005) critica alguns aspectos desse conceito. Para ele a política cultural não requer uma ciência exclusiva, isto é, a criação de uma nova área, mas sim seguir estudando e refletindo sobre áreas já existentes, como a antropologia, sociologia e história. Seguindo essa narrativa e mesmo com críticas, o conceito acima servirá como norte na sequência do trabalho, servindo para uma melhor compreensão do que será tratado.

3.2.1 Análise de Notícias nos Sites da Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal²

Devido a uma certa dificuldade em obter as informações sobre políticas culturais no município, essa pesquisa em sites teve o intuito de através das notícias publicadas nos últimos 3 anos, ter uma certa compreensão de ações que ocorreram nesse período.

Quadro 3: Notícias Prefeitura Municipal				Total
Área	2015	2016	2017	
Presidentes	10	3	2	15
Missões	5	1	7	13
Cultura Gaúcha	0	0	1	1
São Borja	18	6	5	29
Guerra do Paraguai	1	0	2	3
				61

Fonte: Elaboração do Autor

Quadro 4: Notícias Câmara de Vereadores				Total
Área	2015	2016	2017	
Presidentes	4	4	3	11
Missões	3	2	1	6
Cultura Gaúcha	0	0	2	2
São Borja	4	3	3	10
Guerra do Paraguai	5	2	0	7
				36

Fonte: Elaboração do Autor

Foram escolhidos os últimos 3 anos para que pudesse haver uma pequena análise dos discursos das notícias, um período maior de tempo poderia causar uma certa dificuldade de desenvolvimento e compreensão. Outro fato que motivou para a escolha desse recorte temporal, foi a troca de governo municipal ocorrida no ano de 2017. Assim, foi analisado dois anos da gestão anterior e 9 meses da atual.

² As matérias que se encontram no tópico “São Borja”, são notícias de algumas áreas que envolvem o município, entre elas: manifestações populares que ocorrem todos os anos como o Festival de Músicas Carnavalescas, procissão de São João Batista e Feira do Livro. Incluindo também matérias sobre os museus da cidade.

No site da Câmara de Vereadores foram encontradas 36 notícias que envolvem cultura e patrimônio. No site da Prefeitura Municipal, 61 notícias. Para uma melhor compreensão foram divididas em cinco temáticas, como veremos a seguir.

3.2.1.1 Missões

Toda a história que envolve o município com os Sete Povos das Missões, faz com que haja políticas voltadas à questão missioneira, através do turismo e relações internacionais. Seja se organizando com as cidades brasileiras ou até mesmo com a cidade gêmea de Santo Tomé.

Focando na análise dos discursos das notícias pesquisadas, observa-se que nos últimos 3 anos que houve um considerável número de matérias relacionadas às missões. Entre estas destaca-se que em 2015, no que diz respeito às missões, o que mais chamou a atenção foi a participação de São Borja na 1ª Conferência Missioneira de Turismo e também no projeto de criação do Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM).

Na 1ª Conferência Missioneira de Turismo, ocorrida em Cerro Largo, sede da Associação dos Municípios Missioneiros (AMM), foram debatidas estratégias para desenvolver a potencialidade dos municípios missioneiros através da exploração da gastronomia, pontos turísticos e história. Cabe destacar que nesta atividade participaram as seguintes instituições: Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer (SETEL/RS), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RS) e também do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Sobre a criação do Parque Nacional, é um projeto com cooperação técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, com a mediação da Agência Brasileira de cooperação, e executada pelo IPHAN. O projeto, que São Borja está incorporada e representada, tem como intuito promover o conhecimento da paisagem cultural das Missões Jesuíticas Guarani e conseguir incentivos de gestores que possam auxiliar nesse processo de instalação do PHNM. Assim, por meio da promoção de sua diversidade sociocultural e ambiental, demonstrar seu potencial de ferramenta indutora do desenvolvimento regional.

Além dessas duas notícias que foram explanadas com mais detalhes, em 2015, São Borja também teve uma exposição missioneira, com o objetivo de difundir e revelar as riquezas e memórias de São Borja diante de sua história e cultura de Primeiro dos Sete Povos.

Com iniciativa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e apoio tanto da Prefeitura Municipal quanto da Câmara de Vereados, foi realizado o 1º Encontro Missioneiro de Estudos Interdisciplinares em Cultura. O Evento objetivou promover um debate e uma reflexão sobre as atividades criativas e culturais na região e também estimular a investigação e o interesse sobre o tema Missões, tanto pela academia como pela comunidade local.

O ano de 2016, foi um ano calmo tratando de missões, porém foi realizado um seminário sobre o Patrimônio Jesuítico Guaraní na cidade vizinha de Santo Tomé. O evento é parte do programa itinerário cultural das missões Jesuíticas Guaranís do Mercosul, do Ministério de Cultura da Nação Argentina. Teve como foco central um debate sobre “O âmbito produtivo das Missões Jesuíticas Guaranís: território, estâncias e equipamentos”.

São Borja se fez presente no seminário com a participação de gestores, que afirmaram estarem sempre à disposição para ações que estimulassem a integração e o desenvolvimento dos povos e da região, e que o turismo jesuítico missioneiro é uma fonte de renda e progresso, por isso é necessária uma melhor valorização do que a região oferece, assim pode-se fomentar o desenvolvimento econômico através do turismo.

Com a troca de governo ocorrida no ano de 2017, o município começou a buscar uma maior aproximação com a região das missões. A nova gestão destacou que um de seus objetivos é resgatar a identidade missioneira.

Em março ocorreu um encontro em Santo Ângelo/RS com secretários de turismo da região missioneira, cujo tema principal foi tratar da valorização da cultura missioneira em prol do turismo regional/internacional. Esse evento contou também com a presença de secretários das cidades de San Carlos – Corrientes/AR, La Cruz – Corrientes/AR, Santo Tomé – Corrientes/AR e San Ignácio – Paraguai.

É importante destacar que desde o início de 2017, São Borja vem buscando reforçar sua identidade missioneira com a promoção do turismo. O Prefeito discutiu com alguns representantes do Caminho das Missões, sobre a possibilidade de incluir o município em um novo roteiro, o chamado Circuito Turístico Ruta Jesuítica da Sudamérica. Esse roteiro é uma peregrinação que visita os 30 povos missioneiros, divididos entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 30 dias. Esse percurso tem o objetivo de refazer a trajetória realizada pelos padres Jesuítas espanhóis na América do Sul nos séculos XVII e XVIII. A rota busca promover uma união entre os povos missioneiros e também fomentar o turismo no Mercosul.

Seguindo na linha dos 30 povos, o atual prefeito assinou o termo de compromisso incluindo São Borja no acordo que abrange os 30 povos missioneiros, esse pacto estimulará ações para o desenvolvimento do turismo regional e prevê que os municípios realizem atividades de planejamento, marketing e infraestrutura a fim de valorizar o patrimônio e a identidade missioneira. Esse termo foi assinado pelos prefeitos das 30 cidades, sete do Brasil, oito do Paraguai e quinze da Argentina.

Esse encontro teve a participação dos ministros do Turismo e da Integração Nacional e também contou com a presença de um Deputado Federal da região. O ministro do Turismo comprometeu-se em dar atenção especial aos municípios missioneiros, sendo agora uma prioridade no Ministério do Turismo, devido ao lançamento do novo roteiro.

Com base nesse tratado, o prefeito e a secretária de Cultura e Turismo, estiveram em uma reunião do Conselho Trinacional de Governos Missioneiros na cidade de La Cruz, Argentina. O encontro reuniu integrantes dos 30 Povos Jesuíticos-Guaranis e conforme proposta do prefeito, será realizado em São Borja no dia 9 de dezembro a 1ª Feira Internacional Missioneira. Segundo o prefeito municipal, o evento servirá para que os representantes dos 30 povos mostrem suas histórias, atrações turísticas e produtos. O evento será realizado na mesma data que marca os 20 anos da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé, ponte que une dois povos missioneiros.

É perceptível o quando São Borja está buscando se integrar mais na região missioneira no último ano, em uma fala na Câmara de Vereadores, o Prefeito destacou a necessidade de resgatar as raízes do povo são-borjense, inclusive a identidade

missioneira e frisou que está trabalhando para potencializar o turismo e a história da cidade, sendo um dos Sete Povos das Missões.

3.2.1.2 Cultura Gaúcha

No que tange à cultura gaúcha, há muito poucas ações para a exaltar esse patrimônio. Exceto por mateadas e desfile do dia 20 de setembro eventos comuns em todo o estado. Com base nas notícias pesquisadas, percebe-se que somente o ano de 2017 possui notícias sobre essa área. O que mais chama a atenção é o fato de a aprovação na Assembleia Legislativa do Projeto de Lei 091/2017, esse projeto de autoria do Deputado Lucas Redecker, declara o município de São Borja "Capital Gaúcha do Fandango".

É importante salientar que esse título não se deve apenas por causa de eventos realizados em 2017, mas sim por um trabalho que vem sendo realizado por anos no município, atividades realizadas pelas entidades tradicionalistas, músicos e sociedade são-borjense, por isso levou a buscar este reconhecimento público de cidade fandangueira

3.2.1.3 Presidentes

Como já foi destacado neste texto, o município de São Borja possui uma trajetória histórica de relevância para a história política nacional, aonde foi cidade natal dos ex-presidentes da República Getúlio Vargas e João Goulart, estes que lideraram e participaram da formação de siglas partidárias identificadas com o trabalhismo.

Em virtude dessa representação política e histórica estas personalidades contribuíram para a constituição de marcadores identitários e instituições culturais trabalhistas.

Através da análise das matérias dos sites observa-se que nos últimos 3 anos essa história política nacional raramente vem se efetivando em políticas públicas culturais que valorizem este patrimônio material e imaterial dos presidentes. Portanto, foi percebido que a lembrança e exaltação dessas figuras se deve mais a momentos comemorativos, seja aniversário de morte ou natalício dos dois ex-presidentes.

Um fato de relevância para o assunto, foi a revitalização do Museu Getúlio Vargas, que foi reinaugurado em julho de 2015. A reconstituição da casa demorou 18 meses. Anexado ao antigo casarão também foi construído um prédio que incluirá a biblioteca e a parte administrativa do museu.

Figura 01 – Fotografia do Museu Getúlio Vargas antes da reforma.



Fonte: Portal Missões. Imagem antes da reforma.

A obra ocorreu devido ao Sistema Pró-Cultura RS³, com patrocínio da empresa AES SUL de R\$ 2.387.000,00 e mais R\$ 284.000,00 da Prefeitura Municipal de São Borja.

Figura 02 - Fotografia do Museu Getúlio Vargas durante reforma.



Fonte: Michel Benites/Rádio Cultura. Imagem durante a reforma.

³ Lei de incentivo à cultura do Governo Estadual

Figura 03 - Fotografia do Museu Getúlio Vargas após reforma.



Fonte: Portal Missões. Imagem após a reforma.

A reinauguração contou com a presença do Vice-Presidente da AES SUL, representantes da família Vargas, secretários, vereadores, prefeito, deputados, governador do Rio Grande do Sul e comunidade.

Figura 04 - Fotografia da Reinauguração do Museu Getúlio Vargas após reforma.



Fonte: Prefeitura Municipal

É importante salientar que no ano de 2016, a Prefeitura Municipal prestou uma homenagem aos ex-presidentes através de painéis colocados em dois trevos de acesso ao município com as imagens dos dois são-borjenses que chefiaram o executivo nacional.

Figura 05 – Fotografia do Painel dos presidentes nos trevos de acesso



Fonte: Decom/ Prefeitura Municipal

A solenidade ocorreu durante as comemorações do 134º aniversário de Getúlio Vargas. Esta ação foi possibilitada por emenda do ex-Deputado Federal Beto Albuquerque. As imagens foram produzidas pela Prefeitura. A ação visa estimular os visitantes e turistas a conhecer mais sobre a história da Terra dos Presidentes.

3.2.1.4 Guerra do Paraguai

No que cabe a Guerra do Paraguai, destaca-se eventos realizados para exaltar a resistência são-borjense aos paraguaios durante a guerra. No ano de 2015, ano dos 150 anos da Invasão Paraguaia em São Borja, organizado pela Câmara de Vereadores, com parceria da Prefeitura Municipal e de outras entidades, foi realizado um seminário denominado "A Guerra do Paraguai, História, Historiografia e Ensino".

Contando com mais de 500 pessoas inscritas, integrando os países Brasil, Argentina e Paraguai, o seminário teve uma agenda de cinco dias. Além de palestras durante a noite, foram realizadas outras atividades, como o concurso hípico e

cavalgada, alvorada festiva, corrida de rua, lançamento de obras literárias, inauguração de obras de arte, espetáculo som e luz, shows musicais, apresentações e encenações artísticas.

Nos anos de 2016 e 2017 também foram realizados eventos para comemorar essa resistência, como espetáculos de som e luz no Capão dos Voluntários. Relembrando os aniversários da invasão da Vila de São Borja pelo exército paraguaio, em 1865, sempre com apoio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada (2º RC Mec) e outras entidades.

3.2.1.5 Estação Férrea (Centro Cultural)

Um das principais políticas patrimoniais/culturais que foi executado em São Borja nos últimos anos, foi o tombamento e a revitalização da Antiga Estação Férrea do município, aonde tornou-se o Centro Cultural.

O processo iniciou-se em 2011 através da Lei 4.464 de 28/11/2011, lei na qual tomba com vista à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja o imóvel onde funcionava a Estação Férrea.

Figura 06 – Fotografia da Estação Férrea após revitalização.



Fonte: Autor

Através de uma parceria entre Prefeitura Municipal e 2º RC Mec, no ano de 2015, aconteceu uma revitalização do prédio. Na obra que durou 4 meses, foi feita a

pintura interna e externa, revitalização do telhado com troca do madeirado e reconstrução dos painéis que sustentam a cobertura, além da troca das redes elétrica e hidráulica. O prédio da Estação Férrea foi inaugurado em 1913 e localiza-se na avenida Sete de Setembro. O local atualmente serve como instalação do Centro Cultural.

3.3 Legislação Municipal Sobre Patrimônio e Cultura

Direitos culturais são aqueles em que “o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (FERNANDES, 2008, p. 7)

Sabendo da importância que o direito à cultura possui em nossa sociedade, foi feito um apanhado de leis a partir de 2005 até 2015, sobre o que há na legislação municipal no que tange a Patrimônio e Cultura. Na tabela abaixo constam 22 leis municipais, a primeira do dia 01/07/2005 e a última do dia 30/12/2015. Lembrando que há mais leis anteriores a essas, porém a pesquisa foi focada apenas nesse período de 10 anos.

Quadro 5: Legislação Municipal 1 – Cultura e Patrimônio 2005-2015			
Nº	Data	Descrição	Temática
3.491	01/07/2005	Determina a inclusão, no Patrimônio Histórico do Município de São Borja, dos Pórticos do antigo Estádio General Vargas e dá outras providências.	Tombamento e Preservação
3.615	28/06/2006	Determina a inclusão do Cemitério da Figueira no Patrimônio Histórico Cultural do Município de São Borja.	Tombamento e Preservação
3.634	23/08/2006	Cria a Semana Cultural Presidente João Goulart e dá outras providências.	Eventos, financiamento e instituições culturais
3.636	24/08/2006	Cria a Semana Cultural Presidente Getúlio Vargas e dá outras providências.	Eventos, financiamento e instituições culturais

3.637	24/08/2006	Cria Semana Cultural Governador Leonel Brizola e dá outras providências.	Eventos, financiamento e instituições culturais
3.686	31/10/2006	É tombado como Patrimônio Cultural do Município o Festival Ronda de São Pedro e dá outras providências.	Tombamento e Preservação
3.687	31/10/2006	Ficam incluídos no patrimônio Cultural do Município de São Borja os Desfiles da Semana da Pátria realizados no Bairro do Passo e do Centro.	Tombamento e Preservação
3.691	13/11/2006	Inclui imóvel que menciona ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja e dá outras providências.	Tombamento e Preservação
3.871	28/12/2007	Cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Município de São Borja e dá outras providências.	Conselho Municipal
3.872	28/12/2007	Cria o Conselho Municipal de Cultura do Município de São Borja e dá outras providências.	Conselho Municipal
3.799	06/07/2007	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada, na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos, aos professores do sistema de ensino do município de São Borja.	Eventos, financiamento e instituições culturais
4.195	02/03/2010	Declara o grupo amador de artes 'Os Angueras', integrante do patrimônio histórico e cultural de São Borja.	Tombamento e Preservação
4.404	27/06/2011	Altera dispositivos na Lei Municipal nº 3.871, de 28 de dezembro de 2007, que criou o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e dá outras providências.	Conselho Municipal
4.417	25/07/2011	Cria o Conselho Municipal de Políticas Culturais e institui a Conferência Municipal de	Conselho Municipal

		Cultura e dá outras providências.	
4.421	25/07/2011	Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Permissão de Uso com o Centro Cultural de São Borja e dá outras providências.	Eventos, financiamento e instituições culturais
4.464	28/11/2011	Tomba, com vista à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja o imóvel onde funcionava a Estação Férrea e dá outras providências.	Tombamento e Preservação
4.712	14/06/2013	Altera a redação da Lei nº 4.417, de 25 de julho de 2011.	Conselho Municipal
4.713	14/06/2013	Altera a redação da Lei nº 1.555/88 que institui o Fundo Municipal da Cultura – FMC e dá outras providências.	Eventos, financiamento e instituições culturais
4.845	11/02/2014	Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja, as peças funerárias do esquife do ex-Presidente João Goulart, doados pela família do ex-Presidente e dá outras providências.	Tombamento e Preservação
4.863	24/04/2014	Altera competência e composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais, modificando os artigos 2º e 3º da Lei nº 4.417 de 25 de julho de 2011, já alterada pela Lei nº 4.712 de 14 de junho de 2013.	Conselho Municipal
4.977	19/12/2014	Autoriza o Poder Executivo a conceder permissão de uso de imóvel ao Centro Cultural de São Borja.	Eventos, financiamento e instituições culturais
5.108	30/12/2015	Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja, e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.	Tombamento e Preservação

Fonte: Elaboração do autor adaptado de RODRIGUES, 2014

A partir desse levantamento, observa-se que análise das legislações de 2005 a 2015 em São Borja preponderaram três temáticas: Tombamento e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural; Normativas referentes ao conselho de políticas culturais; Eventos, financiamento e instituições culturais.

3.3.1 Tombamento e Preservação

Foram encontradas 9 leis que tratam do assunto tombamento e preservação no município. Tendo em vista a grande história de São Borja, são poucas leis que tratam sobre esse assunto tão importante.

São Borja conta com uma lei de tombamento completa, a primeira feita no ano de 2002, mas atualizada em 2015. A Lei nº 5.108/2015 trata em seu capítulo II sobre o processo de tombamento e no Capítulo III sobre a proteção e conservação de bens tombados. Mesmo possuindo essa lei tão completa e útil, nesse período de 10 anos, foram encontrados três tombamentos por lei, são eles:

- Lei nº 3.686/2006. “É tombado como Patrimônio Cultural do Município o Festival Ronda de São Pedro e dá outras providências.”
- Lei nº 4.464/2011. “Tomba, com vista à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja o imóvel onde funcionava a Estação Férrea e dá outras providências. ”
- Lei nº 4.845/2014. “Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja, as peças funerárias do esquife do ex-Presidente João Goulart, doados pela família do ex-Presidente e dá outras providências. ”

Apenas essas três leis tratam sobre o assunto tombamento no município, e uma delas, a lei que tomba o Festival Ronda de São Pedro, nem é mais necessária pois o Festival não ocorre há alguns anos.No ano de 2012 foi criado o Decreto nº 13.887, que deliberou de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, 53 prédios inventariados, assim os considerando Patrimônio Histórico Cultural e Material do Município de São

Borja. Não se pode confundir inventário e tombamento, embora sejam coisas parecidas, elas possuem uma distinção significativa.

O Inventário e o Tombamento não se confundem. Trata-se de instrumentos de efeitos absolutamente diversos, embora ambos sejam institutos jurídicos vocacionados para a proteção do patrimônio cultural. O inventário é instituto de efeitos jurídicos muito mais brandos do que o tombamento, mostrando-se como uma alternativa interessante para a proteção do patrimônio cultural sem a necessidade Administração Pública de se valer do obtuso e, não raras vezes, impopular instrumento do tombamento. (MIRANDA, 2008)

Tendo em vista que São Borja é uma cidade com mais de trezentos anos de fundação, possuir apenas três leis que abordam o tombamento e outras seis sobre preservação, é um descaso com a história desse município tricentenário.

3.3.2 Conselhos Municipais

No ano de 2007, foram criados dois Conselhos Municipais, o de Proteção ao Patrimônio Cultural e o de Cultura. Ambos com atribuições diferentes, funcionaram por alguns anos e foram fundidos em 2011 com a criação do Conselho de Políticas Culturais. O conselho existe até hoje, porém não está devidamente regulamentado e, por isso, não está funcionando.

3.3.3 Eventos, Financiamento e Instituições Culturais

Essa temática possui seis leis que tratam basicamente sobre a criação de semanas culturais exaltando o trabalhismo, atribuições ao Centro Cultural de São Borja, direcionamentos do Fundo Municipal de Cultura – FMC e concessões de meia-entrada na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos, aos professores do sistema de ensino do município de São Borja.

4. O PROCESSO DE GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO EM SÃO BORJA (2009-2013).

Este capítulo foi tratado sobre as atas dos Conselhos Municipais de Patrimônio Histórico e de Políticas Culturais do município de São Borja. Para tanto, esse capítulo foi organizado em três momentos. Em um primeiro momento foi refletido sobre os conceitos de governança pública e cultural. No segundo momento foi analisado como estão organizados institucionalmente os referidos conselhos. No terceiro momento, com a análise das atas do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural, foi percebido quem foram os agentes e instituições que participaram da governança cultural em São Borja nesse período.

4.1 Governança/Governance

O termo *governanc* aparece através de uma visão do Banco Mundial, que em seu documento *Governance and Development*, é definido como sendo “o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo”. Em outras palavras, é maneira como o poder é exercido por um governo, e como seus recursos sociais e econômicos são geridos, visando sempre o desenvolvimento. Isso implica também na capacidade de planejar, formular e implementar políticas públicas para a sociedade.

É importante salientar que governança não é a mesma coisa que governo, segundo Rosenau:

Governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. (2000, p. 15)

A governança tem ligação mais direta com as políticas públicas pois refere-se ao processo decisório de como elas são operadas, financiadas e a quem serão direcionadas. Santos (1997) salienta que o conceito de governança não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento do Estado, portanto, governança refere-se a:

Padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos. (Santos, 1997, p. 342).

Uma boa prática de governança busca solucionar conflitos entre gestores e população a respeito do desempenho do patrimônio, da sustentabilidade financeira e da transparência na gestão. A governança é também reflexo das relações do governo com a sociedade. Pereira (1997) afirma que um governo pode ter governabilidade, na medida em que seus dirigentes contem com os necessários apoios políticos para governar, e, no entanto, pode governar mal por lhe faltar a capacidade da governança.

4.1.1 Governança Cultural

Em relação a cultura, a governança tem um papel de fortalecer a parte não mercantilizável da cultura, podendo criar oportunidades econômicas para a região, estimular economias solidárias que permitam o acesso da população aos processos de criação e desenvolvimento de políticas culturais, através de projetos e fundos culturais.

Uma comunidade e uma cidade são formadas por identidades plurais e, dessa forma, devem se apresentar ao mundo, transformar-se em cidadãos. Uma governança que não reconhece a pluralidade de seus cidadãos está condenada a governar prioritariamente para a elite cultural, política ou burocrática da localidade. É pela diferença que afirmamos a nossa auto-estima, pertencimento a comunidade e valorizamos a nossa identidade. (Faria e Moreira, 2005, p.3)

No âmbito cultural, o Estado pode atuar em algumas áreas para um melhor desenvolvimento da governança, são elas: educação, formação de agentes culturais comunitários, expressões da cultura popular, manifestações culturais e processos participativos como conselhos, fóruns e conferências.

Porém, essa ampliação da participação popular nos processos decisórios, nem sempre é bem vista pelas autoridades, governos põem em funcionamento os Conselhos Municipais apenas para certificar a legalidade das ações de algumas políticas públicas. Claro, outros municípios são melhor organizados e dispõem mais desse mecanismo, organizando conselhos, eventos, conferências e até estimulam fóruns, mas a governança ainda é pouco desenvolvida nos municípios brasileiros.

A cultura participativa é muito mais abrangente que o conselho mas pode enriquecer o cenário em que o conselho atua e redefinir o papel do conselheiro na cidade. O conselheiro deve se tornar agente multiplicador de governança democrática, com capacidade técnica para entender os mecanismos burocráticos da gestão pública, definir propostas e ações culturais na cidade e reforçar a autonomia dos movimentos sociais. (Faria e Moreira, 2005, p.5)

Os conselhos municipais têm papel importante no desenvolvimento e aplicação da governança pois representam o principal canal de participação popular e tem função de formular e controlar a execução de políticas públicas setoriais. Mas os conselhos municipais precisam ser melhor estruturados pois ainda guardam características corporativistas e não representam de maneira correta os cidadãos por não possuírem vínculos com as dinâmicas da sociedade civil, assim, restringem-se a pequenos grupos.

Segundo Faria e Moreira (2005), os conselhos precisam contextualizar-se na cidade para que a cultura seja considerada na sua totalidade e não apenas como um seguimento da realidade, assim, devem ser descentralizados, buscando uma melhor distribuição das políticas públicas e dirigir-se para uma atuação integrada no espaço da cidade.

4.2 Organização Institucional dos Conselhos

No ano de 2007, foram criados dois conselhos municipais no município de São Borja que tratavam de cultura, foram eles: o Conselho Municipal de Cultura do Município de São Borja, através da Lei nº 3.872/2007 e o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de São Borja, através da Lei nº 3.871/2007, este mais específico por se tratar exclusivamente de questões relativas à preservação do patrimônio cultural do município.

A funcionalidade e eficácia das políticas culturais de São Borja por meio do Conselho é fundamental para resgatar uma dívida dos cidadãos de ontem e hoje para com as gerações futuras de nossa terra. (RODRIGUES, 2014, p.72)

Os dois conselhos possuíam um regimento muito parecido. O Conselho Municipal de Cultura, com uma abrangência maior de temáticas, possuía um maior número de membros, 26 titulares e 26 suplentes que representavam a Administração Pública, os produtores culturais e o público. Já o Conselho Patrimonial era constituído por 10 membros titulares e 10 suplentes que representavam a Administração Pública e a Sociedade Civil. Em ambos os conselhos, o mandato de cada conselheiro era de 2 anos, passível de recondução.

Após alguns anos de atividades, os dois conselhos municipais foram fundidos em 2011 através da Lei nº 4.417 de 25 de julho de 2011, que criou o Conselho Municipal de Políticas Culturais. Assim, a lei que criou o Conselho de Cultura foi revogada. O Conselho de Proteção ao Patrimônio continuou com suas atividades durante mais um período, que será tratado na sequência do capítulo. Hoje o conselho continua vigente, porém suas incumbências foram agregadas ao novo conselho.

Com várias competências, responsável pela elaboração, pelo acompanhamento da política cultural e com caráter deliberativo, normativo, propositivo, fiscalizador e consultivo, o Conselho Municipal de Políticas Culturais é o órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, que trata sobre cultura em São Borja. Atualmente o conselho encontra-se inativo por conta de sua lei estar sendo alterada por um projeto de lei que ainda não foi aprovado na Câmara Municipal.

4.3 Governança Patrimonial em São Borja: Atores, Instituições, Ações e Políticas Culturais Debatidos no CMPPHC (2009-2013).

Devido ao fato de ter acesso apenas às atas do Conselho de Proteção ao Patrimônio Histórico, esse capítulo teve como foco principal a análise das atas encontradas e partiu-se para a investigação da governança cultural de São Borja, especificamente a governança patrimonial, tendo em vista que o conselho analisado,

trata da preservação do patrimônio municipal. A análise seguiu duas relações: Instituições políticas e as escalas de poder; Ações e políticas discutidas.

4.3.1 As Instituições e Agentes que Participaram da Governança Patrimonial de São Borja Entre 2009 e 2013.

Através da leitura de 67 atas do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio, percebeu-se a participação de 30 instituições na governança cultural do município. Esses agentes foram divididos em escalas de poder, ou escalas de participação, nessa governança.

Foram divididas em 1ª, 2ª e 3ª escala.

- 1ª Escala: Instituições com relação direta na deliberação e proposição de políticas.
- 2ª Escala: Instituições parceiras e contempladas com políticas.
- 3ª Escala: Instituições externas, com relações indiretas.

Quadro 6: Quadro Instituições 1		
1ª Escala	2ª Escala	3ª Escala
Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio	Centro Cultural	IPHAN
Prefeitura Municipal	Secretaria de Educação	Secretaria da Fazenda
Secretaria Municipal de Relações Institucionais de São Borja	UNIPAMPA	IPHAN-RS
Departamento de Assuntos Culturais	Secretaria de Serviços Urbanos Obras e Trânsito	Secretaria de Educação
Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos	Biblioteca Municipal	Sindicato Rural
	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)
	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	URI Santo Ângelo
	Museu Getúlio Vargas	Parque Histórico Nacional das Missões
	URCAMP	Secretaria Municipal de turismo Cultura e Eventos

	Câmara de Vereadores	Ministério Público
	Secretaria Municipal de Cultura	URI
	Ministério do Turismo	IPHAE
	URI Santo Ângelo??	
	Secretaria do Meio Ambiente	
	Secretaria de Planejamento e Saneamento	
	IFF	

Fonte: Elaboração do autor.

As instituições de 1ª Escala, foram pivôs na proposição de políticas públicas nesse período, mesmo que algumas não tenham saído de fato do papel.

O que se pode perceber com essa análise, foi que o maior proponente de políticas públicas voltadas à área patrimonial, foi o próprio conselho municipal. Os outros órgãos citados a cima, como a Prefeitura Municipal, também agiram em primeira escala, porém não em tantas oportunidades quanto o conselho.

As instituições participantes da 2ª Escala, foram agentes que de certa forma ajudaram na elaboração de políticas ou foram contempladas por ações, o maior exemplo da segunda escala, é o Centro Cultural, Antiga Estação Férrea órgão que foi tombado, reformado e depois tornou-se instituição parceira.

Na 3ª Escala encontram-se instituições que tiveram relação indireta nessa governança. Algumas delas apenas foram citadas para auxiliar em ações futuras, principalmente o IPHAN, instituto nacional que auxiliaria nos processos de catalogação e tombamentos no município.

Outro quadro elaborado mostra escalas em níveis municipal, regional, estadual e nacional, para se ter uma compreensão de como essa governança vem ocorrendo no município, se ela parte de fora para dentro ou se é organizada dentro da própria cidade.

Quadro 7: Quadro Instituições 2⁴			
Municipal	Regional	Estadual	Nacional
Prefeitura Municipal	URCAMP	IPHAN-RS	IPHAN
Centro Cultural	URI Santo Ângelo	FAMURS	UNIPAMPA
Secretaria da Fazenda	URI	IPHAE	Ministério do Turismo
Secretaria de Educação			Parque Histórico Nacional das Missões
Secretaria de Serviços Urbanos Obras e Trânsito			IFF
Biblioteca Municipal			Ministério Público
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos			
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda			
Museu Getúlio Vargas			
Sindicato Rural			
Câmara de Vereadores			
Secretaria Municipal de Relações Institucionais de São Borja			
Secretaria Municipal de Cultura			
Departamento de Assuntos Culturais			
Secretaria do Meio Ambiente			

⁴ Escalas de Poder e Gestão segundo Rückert e Rambo:

Escala nacional: correspondente aos atores que possuem atuação no âmbito nacional;

Escala estadual: referente aos atores do estado da federação;

Escala regional: referente aos atores de cada território regional;

Escala local/municipal: referente aos atores com atuação na área local da pesquisa.

Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos			
Secretaria de Planejamento e Saneamento			

Fonte: Elaboração do autor.


Explorando o quadro a cima, é nítido que não há tanta interferência externa, mesmo com parceiros de níveis regional, estadual e nacional, a escala municipal é a dominante nesse processo de governança patrimonial no município de São Borja.

Percebe-se que São Borja é pouco vista pelo IPHAN, instituto de escala nacional, devido à grande concentração que há no Sítio Arqueológico de São Miguel RS. É notável que se o município fosse considerado um Sítio Arqueológico, tem potencial para isso, teria mais atenção dos órgãos federais, e assim, mais recursos para a elaboração de políticas de preservação.

4.3.2 Ações e Políticas Patrimoniais Discutidas no Conselho.

Com a leitura das atas o conselho, foi possível perceber ações debatidas no período analisado. Foram elas: ações que viraram política; ações que se tornaram proposta para agenda; ações que viraram lei; ações que uniram mais de uma instituição (rede).

Algumas das ações que foram concretizadas nesse período, ou que se deu início no mesmo, estão citadas no quadro abaixo.

Quadro 8: Ações concretizadas	
Colocação do nome completo da Biblioteca Municipal Getúlio Vargas no prédio atual.	
	Fonte: Autor.

<p>Denominação da Rótula Borges do Canto.</p>	 <p>Fonte: Autor.</p>
<p>Tombamento da Estação Férrea.</p>	 <p>Fonte: Autor.</p>
<p>Reforma do Museu Getúlio Vargas.</p>	 <p>Fonte: Portal Missões</p>
<p>Preservação das Palmeiras do Parcão.</p>	 <p>Fonte: Autor</p>
<p>Educação Patrimonial.</p>	 <p>Fonte: Site Universidade Federal do Pampa</p>

Preservação da fachada do prédio situado na Avenida Presidente Vargas nº 1779.



Fonte: Autor

Fonte: Elaboração do autor.

Analisando essas ações que foram discutidas no conselho municipal nesse período de 5 anos, foi notado que a grande maioria das pautas debatidas não se tornou política de fato, ou seja, ficaram como propostas para agendas futuras. Algumas pautas muito importantes ficaram para agenda. Vejamos algumas que merecem uma atenção das gestões que virão.

Quadro 9: Ações futuras
Criação de uma lista de imóveis de São Borja, que tenham sido construídos antes de 1945, para fins de tombamento.
Catálogo de Santos Missioneiros, junto ao IPHAN.
Localizar as pedras missioneiras do município para catalogação e assim se tornem Patrimônio Histórico e Cultural de São Borja.
Levantamento dos bens já tombados e inventariados para uma localização e mapeamento do município.
Criação de um teatro em São Borja.
Isenção ou desconto no IPTU para proprietários de bens tombados.
Elaboração do Livro do Tombo.
Inclusão de São Borja no Canal de Cidades Histórica (PAC).
Criação do Arquivo Histórico Municipal.
Praça Temática Missioneira

Fonte: Elaboração do Autor

Duas ações debatidas no conselho tornaram-se lei, embora que tenham sido poucas, serve para mostrar que quando há uma dedicação dos conselheiros para com a sua função, e apoio do Executivo e do Legislativo, pode-se sim concretizar ações e transforma-las em leis municipais. São elas:

Quadro 10: Legislação Municipal 2		
Lei nº 4.464	28/11/2011	Tomba, com vista à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja o imóvel onde funcionava a Estação Férrea e dá outras providências.
Decreto nº 13.887	02/08/2012	Declara de Utilidade Pública, os prédios considerados Patrimônio Histórico Cultural do Município de São Borja.

Fonte: Elaboração do Autor

Um fato importante a se destacar, é que todas essas ações que se tornaram políticas ou leis, não foram apenas elaboradas pelo conselho, isto é, tiveram influência de outros atores nesses processos, como a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Universidade Federal do Pampa, Instituto Federal Farroupilha, entre outros.

Através da leitura e análise das atas, observa-se que no período de 2009 a 2013, a governança cultural no município teve como ator principal o próprio conselho municipal de proteção ao patrimônio. A Secretaria de cultura agiu mais como uma colaboradora do que propriamente como uma proponente de políticas patrimoniais, junto da Prefeitura Municipal e das instituições que foram citadas no decorrer do capítulo.

Outro fato constatado nessa investigação, foi que o conselho municipal não teve muita atenção do Executivo, exceto em algumas ocasiões, muitos ofícios foram enviados com solicitações para elaboração de ações ou de ajuda com elas, porém poucos foram respondidos ou existia uma demora nessas respostas. É necessário que a prefeitura seja mais parceira nesse processo de governança, afinal ela é uma das gestoras do município e tem o papel de ajudar os conselhos, independente de qual for, para que ocorra uma melhor destinação do dinheiro público,

É necessário que haja uma melhor organização junto das outras instituições, e assim, buscar o maior número de parceiros para que se disponha de mais pontos de

vista e mais ideias, colaborando com uma maior elaboração de políticas públicas que ajudem a preservar a história da tricentenária São Borja.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso, com o tema políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico e cultural de São Borja, teve como objetivo analisar como vem ocorrendo o processo de implementação e de governança das políticas públicas voltadas à cultura e ao patrimônio do município.

Uma das contribuições do estudo foi para que se perceba o que vem ocorrendo no município quando o assunto é patrimônio e cultura. Através da análise de notícias postadas nos sites da Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, nos anos de 2015, 2016 e 2017, percebeu-se que nos últimos anos as políticas culturais do município valorizaram mais a organização de eventos culturais do que propriamente a preservação. Não que a realização de eventos seja algo improdutivo, muito pelo contrário, nesses eventos é possível entender mais sobre a história vivenciada nessa terra e também estimula o sentimento de pertencimento dos cidadãos. Mas pelo fato de São Borja ter mais de trezentos anos de existência, é necessário um maior número de ações que visem preservar a história material e imaterial do município.

Com a investigação notou-se que o partido que liderou a antiga gestão do Executivo Municipal por 12 anos, buscou exaltar e valorizar mais ações relacionadas à identidade do município como a “Terra dos Presidentes”. Isso não quer dizer que houve uma estagnação da história missioneira, porém foi perceptível essa maior aproximação da antiga gestão com o a figura dos ex-presidentes. Esse cenário vem se transformando pelo fato da nova gestão 2017-2020 estar resgatando essa cultura missioneira, aproximando o município das demais cidades da região. Já em seu primeiro ano é possível perceber ações que buscam resgatar e exaltar a São Borja missioneira.

Pesquisando as leis municipais que tratam sobre cultura e patrimônio, compreendeu-se que o município possui uma lei de tombamento muito completa, a primeira feita em 2002, mas atualizada em 2015. A Lei nº 5.108/2015 trata em seu

capítulo II sobre o processo de tombamento e no Capítulo III sobre a proteção e conservação de bens tombados. Mesmo existindo essa lei, e com várias residências antigas, a cidade possui pouquíssimos prédios tombados, o que de fato é um descaso com a história palpável da cidade.

Algo positivo a ser ressaltado é o tombamento e reforma da Estação Férrea (Centro Cultural), junto da revitalização do Museu Getúlio Vargas, foram as principais políticas patrimoniais dos últimos anos, envolvendo algumas instituições e um grande investimento monetário.

Sobre o processo de governança do patrimônio em São Borja foi possível perceber, através da leitura das atas do Conselho de Proteção ao Patrimônio, atores que participaram desse processo de governança cultural e também ações desenvolvidas nesse período. Depreendeu-se que o conselho municipal foi ator principal na proposição de ações e políticas culturais para o município, junto de algumas instituições que foram parceiras, entre elas a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Universidade Federal do Pampa, Instituto Federal Farroupilha.

Após ter dificuldade para conseguir informações para o trabalho e pensando em pesquisas futuras, pode-se propor ações que ajudem possíveis pesquisadores em seus trabalhos, e também ter uma melhor organização do município em relação a seus patrimônios. Como por exemplo a criação de um Arquivo Histórico Municipal contendo informações e documentos históricos; criação de uma listagem de imóveis em São Borja que tenham sido construídos antes da década de 1950; elaboração de um Livro do Tombo contendo as residências já tombadas e inventariadas do município; elaboração de um calendário anual de atividades culturais.

No que tange a governança cultural, o Conselho de Proteção ao Patrimônio, hoje atribuído ao Conselho de Políticas Culturais, precisa se regularizar e voltar à ativa pois é um agente importante nessa governança e necessário para junto de outras instituições, como a Secretaria de Cultura, a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e outros parceiros, fomentar cada vez mais políticas que possam resgatar e preservar a história da cidade. Quanto maior for a descentralização dessa governança, mais perspectivas existirão e de mais contribuições o município desfrutará.

Esta pesquisa, além de analisar o processo de implementação e governança das políticas culturais do município, também servirá de subsídio para que pesquisas futuras sejam realizadas e novas concepções entrem no debate sobre patrimônio histórico e cultural.

Assim, visando contribuir de tal modo que extrapole os limites de patrimônio e políticas públicas, entrando em uma questão social, colaborando para que os são-borjenses se sintam mais pertencentes e responsáveis pela preservação da memória de seu município, e o ajude a ter um maior desenvolvimento através da valorização da sua rica história de três séculos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C.W. *The place of principles in policy analysis*. **American Political Science Review**, v.73, n.3, p.711 – 723, set. 1979.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 33-52.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2000 (Col. "ABC do Turismo").

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo, Iluminuras, 1997.

COLVERO, Ronaldo B.; SEVERO, Marconi. A construção e a disputa pela hegemonia patrimonial em São Borja (rs): de primeiro dos sete povos missionários à terra dos presidentes. **Confluências Culturais**. UNIVILLE, v.5,n.1, jan, 2016.

COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo F. **São Borja e seu patrimônio “quase” esquecido: o caso das missões jesuíticas na terra dos presidentes**. São Borja, UNIPAMPA, 2009.

DORNELLES, L. de. (julho de 2011). **Nas entrelinhas da preservação patrimonial da memória e dos lugares**. *Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle*, 71-72.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall.1984.

FUNARI, Pedro. Paulo.; PELEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. pp. 43-45.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.) **Turismo e patrimônio cultural**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões.** Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <<http://www.urisan.tcche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>>. Acesso em... junho/2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro.** *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 23 out. 2017.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** Recife: UFPE, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Ana Karina. **Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba:** o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. 2005. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Turismo – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PEREIRA, L. C. B. (1997). **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, (45), 49–95.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINTO, Muriel. Primeiro dos sete povos das missões a “terra dos presidentes”: Uma análise das políticas e representações do patrimônio na cidade natal de Getúlio Vargas. **Patrimônio e Memória.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.2, p. 261-286, dez, 2010.

_____. RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Coleção Folha Explica, 2010.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.** Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

RÜCKERT, Aldomar A. ; RAMBO Anelise G. **Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil**, Confins [Online], 8 | 2010. Disponível em <<https://confins.revues.org/6370?lang=pt>>. Acesso em outubro/2017

_____. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “**Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997. pp. 335-376.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Jardel V.; JUNGTON, Daniele; PINTO, Muriel. Educação patrimonial e o ensino do patrimônio missioneiro na cidade histórica de São Borja-rs. Educação patrimonial e o ensino do patrimônio cultural missioneiro na cidade histórica de São Borja-rs: **Raízes e Rumos**. UNIRIO, v.03, n.01, RIO DE JANEIRO, JUL., 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

